



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Décima Sessão Ordinária do 6º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos seis dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, sob a Presidência do vereador Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior; Ana Cleyde Tavares Batista Filha; Joseane de Oliveira Seixas; Marcio Kellen Soares Canto; Adeilson da Costa Lopes, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Deybson Delmar Rasch, Marta Monteiro Godinho; Rafael Luiz Miléo Viana; Sebastião Gomes e Mauro Luiz de Oliveira Wanzeller. Ausentes os vereadores: Manoel Lucivaldo Siqueira, Ivalter Barbosa Cardoso Filho e Francisco Azevedo Pereira, este último com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a sessão, solicitando a 2ª Secretária que procedesse a leitura da ata, da última sessão realizada na Casa, a qual lida, submetida a discussão e posterior votação aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Projeto de Lei nº 068/23, que Altera a Lei Municipal nº 8.419, de 16 de abril de 2014, que Cria os componentes do Município de Oriximiná, Estado do Pará do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, tendo como base legal o Sistema Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; Ofício nº 028/23, expedido ao Ministério Público; Ofício nº 1376/23, do Ministério da Integração e Desenvolvimento regional da secretaria executiva; Ofício nº 515/23, do Diretor da secretaria da Comarca de Oriximiná, solicitando o auditório da Câmara Municipal no dia 09 de novembro de 2023, para realizar um tribunal do Júri Popular. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra as Senhoras e aos Senhores vereadores. Com a palavra o vereador Deybson Rasch, requereu dispensa de interstício para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

final, o projeto de lei nº. 058/23, lido no expediente da sessão de hoje. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, após saudar os presentes, destacou a presentes de dois representantes do corpo de bombeiros militar que estão em nosso município há mais de uma semana, em busca de uma área de terra para instalação de uma unidade do referido órgão, inclusive já foi dado entrada de um projeto de lei solicitando a reversão e doação de uma área de terra para tal finalidade. Diante o exposto o nobre vereador solicitou a Mesa Diretora da Casa que desse celeridade ao referido projeto de lei que é de suma importância para a nossa população. Continuando o Edil reportou-se sobre o piso da área de enfermagem, acrescentando que segundo informações houve uma reunião do secretário de saúde, secretário de administração e a classe interessada, onde discutiram sobre o assunto, sendo que esbarra no projeto de suplementação que se encontra em tramitação neste Poder já com os pareceres das comissões competentes. Disse ainda que já se encontra em Oriximiná o programa mais médicos do governo federal, o que será de grande para a nossa população. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, esclareceu que projeto de lei que trata sobre a doação da área de terra para implantação do corpo de bombeiro foi protocolado neste Poder no dia 30 de agosto, lido na sessão do dia cinco de setembro, porque não houve sessão no dia 30 por falta de quórum. Portanto não tem como a Mesa Diretora dar celeridade ao referido projeto de lei, uma vez que o mesmo vai ter que passar pelas comissões competentes de acordo com os tramites regimentais. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeller, reportou-se sobre o projeto de lei sobre a suplementação, dizendo que pediu vista do projeto de lei como membro da comissão de economia. Disse ainda que não consta no referido de lei os critérios que a lei de responsabilidade fiscal exige para o gestor municipal solicite do Legislativo credito suplementar. Disse ainda que o seu parecer técnico o prefeito precisa de 5,6%, para pagar a folha de pagamento do funcionalismo público. Acrescentou ainda que o projeto de suplementação não tem nada a ver com o piso da enfermagem, assim como a gratificação de 80% de nível superior que os servidores. A seguir fez uso da palavra a vereadora Keké Batista, disse que ouviu o vereador Ludugero Junior falar do programa mais médicos, acrescentando que os médicos vêm para somar com os que já estão trabalhando no município, mas isto não está acontecendo, pelo contrário estão fazendo o desligamento dos mesmos, o que é inaceitável. A seguir a nobre



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

vereadora fez a leitura na íntegra da empresa HOPE SERVIÇOS MÉDICOS, ao secretário municipal de saúde, solicitando esclarecimento sobre o contrato dos médicos com a referida empresa. Com a secretária de saúde, que com a chegada de mais seis médicos do programa Mais Médicos, houve o desligamento unilateral dos profissionais médicos clínicos gerais. Disse ser preocupante essa situação, espera que o prefeito municipal, juntamente com o secretário de saúde, tome as devidas providências sobre esta questão. Com a palavra o vereador Marcio Canto, disse que está acompanhando a luta dos profissionais da enfermagem sobre o piso salarial dos mesmos, onde existe a equipe técnica da prefeitura quer incorporar a gratificação de 80% de nível superior ao piso, os profissionais não aceitam. Disse ainda que os servidores públicos, também estão reivindicando o piso do magistério e do RGA, isto demonstra que o prefeito não está cumprindo a lei. Finalizou o Edil dizendo que foi informado por morador da Comunidade do Tabocal, que após o requerimento que apresentou neste Poder, já estão reformando a fossa daquela escola, como também já levantaram a caixa d'água que estava algum tempo no chão. Com a palavra a vereadora Marta Godinho, inicialmente falou da importância da implantação do corpo de bombeiros militar em nosso município. Continuando a nobre vereadora disse que esteve na inauguração de micro sistema na comunidade do Maria Pixi, o que será de suma importância para aqueles moradores. Acrescentou ainda que esteve participando do desfile da semana da Pátria no Rio Cachoeiry. Continuando a nobre vereadora solicitou a Mesa Diretora da casa que seja encaminhado Moção de Aplausos, ao Pastor Natanael, pelos relevantes serviços prestados na comunidade do Tarumã. Finalizou dizendo que aos poucos as ações do governo municipal estão chegando nas comunidades rurais em todas as áreas. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, disse que da forma como foi colocado, da de entender que a Mesa Diretora não quer colocar em votação o projeto de lei sobre a doação de terra para implantação de uma unidade do corpo de bombeiros, o que não é verdade, até porque o referido projeto de lei foi lido nesta sessão e em seguida será encaminhado às comissões competentes como determina o regimento interno da Casa. Disse ainda que esteve reunida com uma equipe de enfermeiros, onde eles colocaram que estão querendo incorporar a gratificação de 80% de nível superior, que é lei, com o piso salarial, o que é ilegal, pois o piso salarial veio



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

suplementar o salário dos mesmos. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Líderes Partidários. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, disse que não houve sessão na quarta feira dia 30, porque os vereadores da base do governo não vieram, o que não é verdade. Disse que entrou em contato com o presidente da Casa, dizendo que iam chegar atrasados porque estavam reunidos com os representantes do corpo de bombeiros militar, quando chegaram as 9:40hs, já tinham encerrado a sessão, em seguida o vereador Mauro deu uma entrevista dizendo que o projeto da suplementação ia entrar naquela sessão, porque os vereadores da base do governo não vieram, o que não é verdade, até porque o vereador tinha pedido vista do projeto e só devolveu para o presidente da comissão na sexta feira, inclusive já tinha o parecer do vereador Manoel Bochecha, ficando o vereador Mauro apresentar um parecer com emendas de plenário. Em aparte o vereador Mauro, disse que foi convocado para uma reunião da comissão no dia 31 de agosto, onde elaborou um parecer com emendas de plenário para ser apreciado por todos os vereadores na próxima sessão. Continuando o vereador Ludugero Junior, disse que então se confirma que não quarta feira dia 30 o projeto de lei de suplementação estava com o vereador Mauro que devolveu na sexta feira dia 01 de setembro. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que se ouvia a narrativa de que os servidores publico só iram receber seus salários referente ao mês de agosto se a câmara aprovasse o projeto de suplementação, sendo que já foi pago os mesmos sem aprovação do referido projeto de lei, então isto demonstra que o prefeito tinha recurso para pagar a folha do funcionalismo municipal. Ainda com a palavra a vereadora Josy sugeriu ao presidente da Casa, que convocasse os vereadores para uma sessão extraordinária após o encerramento desta, para votação do projeto de lei de suplementação. Em relação ao projeto sobre a doação do terreno para implantação de uma unidade do corpo de bombeiros, disse que foi lido nesta sessão e será encaminhado as comissões competentes, portanto não existe a narrativa de que estão querendo prender o referido Projeto de Lei. Continuando o vereador Ludugero Junior, disse que não falou que a Mesa estava prendendo o projeto de lei sobre a doação de terra para os bombeiros e sim solicitou celeridade a tramitação do mesmo. Em aparte o vereador Arnaldo Gemaque, disse que diariamente ouve funcionários públicos, dizendo que não vão receber o 13º se a Câmara não aprovar o projeto de



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

suplementação. Então se já está com os pareceres, acha que os vereadores deveriam votar o referido projeto de lei, como também desse celeridade ao projeto de lei que doa o terreno para implantação de uma unidade de bombeiros militar, que será de suma importância em nosso município. Ainda com a palavra o vereador Arnaldo, disse não ser viável o vereador Mauro expor seus colegas de parlamento, cada um de sua maneira de trabalhar, pois não é legal a Câmara ficar em conflito, pois somos um colegiado. Em aparte o vereador Marcio Canto, disse que realmente o projeto que doa o terreno para implantação do corpo de bombeiros, foi lido na sessão de hoje e vai ser encaminhado para as comissões de justiça e tombamento e o prefeito tem conhecimento dos tramites deste Poder, mas ele faz questão de jogar a população de encontro com esta Casa, o que é inaceitável. Continuando o vereador Ludugero Junior, disse que infelizmente a população não entende as discussões calorosas entre os vereadores, mas todo Parlamento existe essas discussões. A vereadora Josy Seixas disse que como membro da Mesa Diretora sugeria as comissões de Justiça e tombamento, que fizessem um parecer em conjunto sobre o projeto do terreno que será doado aos bombeiros, para que o mesmo fosse votado na próxima sessão. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeller, disse não achar que este Parlamento é um colegiado, até porque quando foi dada entrada nos três processos de sua cassação teve vereadores que votou pelo aceite. Continuando o Edil, reportou-se sobre a arrecadação do município, dizendo que na gestão anterior ele gastou com folha de pagamento 64 milhões de reais, enquanto o governo da transformação em oito meses já gastou 106 milhões de reais fora o INSS, que deve quase 300 milhões de reais. Disse ainda que os ex-secretários de educação Joel e Jonaso, vão responder por informações erradas, quando disseram que tinha escola integral só para aumentar a arrecadação. Em relação ao projeto de suplementação, disse que este Poder não está deixando ele fazer o quer, pois existe o Oriximiná real e o virtual, um dia a população oriximinaense vai lhe dar razão, por mostrar o Oriximiná real. Em aparte o vereador Arnaldo Gemaque, disse que realmente não existe um colegiado, agora cada vereador trabalha de maneira diferente. Em relação as pessoas que passaram no último concurso público que ainda não foram chamados, disse que os mesmos devem procurar o Ministério Público. Lembrou ainda o vereador Mauro que no final do ano de 2022, o prefeito pediu suplementação e não usou. Acrescentou ainda que a folha de pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

do funcionalismo municipal referente ao mês de agosto, não foi totalmente empenhado. Assegurou o Edil, que se for reeleito vai continuar com o mesmo posicionamento em defender os interesses da população oriximinaense. Com a palavra o vereador Marcelo Sarubbi, disse que os dois últimos projetos de leis oriundo do executivo municipal estão tramitando neste Poder dentro dos prazos regimentais. Em relação ao projeto de suplementação disse que jamais este Poder vai dar cheque em branco a este prefeito farsante, que já deixou município com um déficit de 15 milhões de reais, e ele ainda fica jogando o povo de encontro com este Poder. Em relação a sessão de quarta-feira que não teve quórum, disse que o vereador Ludugero Junior, ligou era 9:28, esperou até 9:40 iniciou a sessão. Disse ainda que quando atrasa o início das sessões é quando estão arrumando o expediente. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente solicitou a aquiescência do Plenário para dispensa do Intervalo Regimental de quinze minutos. Obtido a aquiescência do Plenário, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Deybson Rasch, que requer dispensa de interstício para efeito de 1ª, 2ª e ultima discussão e redação final o Projeto de Lei nº 068/23, lido no expediente da sessão de hoje. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 068/23, que Altera a Lei Municipal nº 8.419, de 16 de abril de 2014, que Cria os componentes do Município de Oriximiná, Estado do Pará do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, tendo como base legal o Sistema Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; Ofício nº 028/23, expedido ao Ministério Público; Ofício nº 1376/23, do Ministério da Integração e Desenvolvimento regional da secretaria executiva. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Foi submetida a apreciação do Plenário a solicitação do Juiz, sendo aprovada por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação o Sr. Presidente passou a Segunda parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, reportou-se sobre o último concurso público da prefeitura, acrescentando que muitas pessoas lhe procuraram,



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

onde disseram que passaram e até a presente data não foram chamadas. Disse ainda que a lei que condicionou a contratação de guardas municipais até a realização do concurso, para que os mesmos sejam regulamentados, mas isto infelizmente não aconteceu, o que é preocupante. Em relação ao programa mais médicos do governo federal, disse que os mesmos vieram para somar e não para tirarem os que já estão trabalhando. Ainda com a palavra a vereadora Josy, falou sobre o projeto da suplementação, disse que o prefeito deveria mandar em anexo o que vai ser anulado de determinada dotação orçamentária, até porque é preciso saber se ele não vai anular algo que a população colocou durante as audiências públicas. Disse ainda que o gestor municipal deveria adequar as despesas do município, de acordo com o orçamento, assim como foi feito na câmara, quando caiu o percentual de 7% para 5%, o repasse do duodécimo, presidente teve que adequar as despesas. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, disse que esteve conversando com o gerente local da COSANPA, onde colocou o problema da tubulação da travessa Carlos Maria Teixeira, entre as ruas 7 de setembro e 24 de dezembro, que está rompendo as calçadas das residências, como também a falta de água que está ocorrendo nas áreas que são abastecidas pela referida empresa. O gerente local falou que já estão sendo tomadas as devidas providências, espera que isto venha acontecer o mais rápido possível. Com a palavra o vereador Rafael Viana, disse que o problema da COSANPA é antigo neste município em todos os aspectos. Agora é preciso também chamar atenção do secretário da SEMDURB, em relação aos microssistemas que muitos bairros também estão sofrendo com a falta do precioso líquido em virtude das manobras que não estão sendo feitas corretamente. Disse ainda que o referido secretário verificasse o problema que está acontecendo na travessa Emidio Martins, onde se faz necessário a limpeza das galerias, neste período de verão. Finalizou falando das grandes demandas que existem nas comunidades rurais em todos os aspectos, que precisam de um olhar carinhoso por parte do poder público que tem a função de executar. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário